

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Ana Luiza Santana Magestes

**POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM TURISMO
RURAL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dra. Anne Bastos Martins Rosa.

Juiz de Fora

2019

Possibilidade e limitações do desenvolvimento da Agricultura Familiar com Turismo Rural

Ana Luiza Santana Magestes¹

Resumo

O presente trabalho buscou identificar se a pluriatividade é tratada, pelos teóricos nacionais, como estratégia de desenvolvimento e de geração de renda no meio rural, ao mesmo tempo em que verificar se o desenvolvimento de atividades turísticas, mais precisamente o turismo rural, é tido como indutor do desenvolvimento de unidades de agricultura familiar. Para tal foi realizada uma revisão da literatura buscando evidenciar os conceitos de Turismo Rural, Agricultura Familiar e Pluriatividade. Este estudo mostra que apesar do Turismo Rural ser apontado como uma possibilidade de complementação de renda para as unidades familiares de produção, deve-se entender que seus resultados econômicos devem ser somados aos de outras atividades não-agrícolas, compondo uma rede pluriativa que diversifique fontes de renda e mobilize diferentes formas de saberes locais. Isolado de iniciativas pluriativas, o Turismo Rural não é considerado solução dos problemas econômicos e sociais dos agricultores familiares, da mesma forma que a própria função da pluriatividade é vista por alguns autores como positiva, e como negativa para outro conjunto de teóricos.

Palavras-chave: Pluriatividade, Agricultura Familiar, Turismo Rural, Desenvolvimento, Geração de Renda,

1. Introdução

Com o crescimento do debate acerca da atividade turística como uma prática da sociedade contemporânea, considera-se que o Turismo em Espaço Rural abarca diversas modalidades, entre elas o turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo esportivo, turismo cultural, dentre outras que trazem uma revalorização do território rural e de grupos sociais rural, assim como acarreta o aumento do fluxo urbanista dentro dessa áreas. Além disso, traz questões relativas ao envolvimento de grupos como os agricultores familiares com o turismo, e discussões associadas às condições efetivas para promover o desenvolvimento no meio rural. (FROEHLICH, 2000)

A forma de reprodução do fenômeno turístico é considerada um elemento de extrema importância quando se almeja o desenvolvimento sustentável, porém a política nacional de turismo específica para o turismo rural ainda é frágil, o que faz com que haja poucos investimentos oriundos de órgãos e entidades governamentais, mesmo o meio rural sendo um interesse crescente da população como roteiro de lazer. O turismo rural também é apontado como um possível contribuidor para a preservação ambiental e cultural, na produção de alimento e na revalorização do agricultor e do seu trabalho, o que pode ajudar na melhoria da infraestrutura das comunidades rurais, assim como contribui para o aumento da autoestima das famílias, além de ajuda-las a ter uma maior inserção social (PEDRON, KLEIN, 2004).

Considera-se que é a partir da década de 1990 que há uma proliferação de estudos acerca da produção familiar. De acordo com diversos autores aqui estudados é a partir dessa década que a agricultura familiar é oficialmente reconhecida como um ator social, e passa a ser vista como um campo onde se tem a ação de uma agricultura alternativa, diferente do modelo que se tinha como padrão vigente e que predominava na agricultura brasileira. A agricultura familiar se apresenta então como um meio de afirmação para uma categoria expressiva dentro do meio rural brasileiro.

Uma das principais características apresentadas por essa categoria é a da liberação de membros pertencentes ao grupo familiar para que os mesmos possam exercer outras atividades, podendo ser elas agrícolas e não-agrícolas, e dessa forma complementar a renda familiar que se atribui ao fenômeno denominado pluriatividade. Segundo Marafon e Ribeiro (2003) esse fenômeno vem

¹Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: analuizasmagestes@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Anne Bastos Martins Rosa.

crescendo paulatinamente nas últimas décadas, devido a uma revalorização do mundo rural e das atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar.

Por conta das transformações ocorridas nas últimas décadas nos âmbitos social e econômico, e também por conta da Globalização, as atividades chamadas de não-agrícolas passam a ganhar mais espaço como um meio alternativo para desenvolvimento das propriedades rurais por conta, inclusive, da desvalorização das atividades agrícolas. O número de famílias que se dedicam exclusivamente a esse tipo de atividade vem caindo; juntamente com esses dados, nota-se um aumento de trabalhadores rurais que se ocupam também de atividades não-agrícolas, ou famílias em que nenhum membro exerce atividades agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI, e CAMPANHOLA, 2002). É necessária então a busca por novas alternativas, o que inclui a atividade turística, que surge como mais uma opção de emprego ou ocupação, por se tratar de uma atividade em crescimento no último século, além de ser conhecida por ser uma atividade de grande potência se tratando do mercado econômico mundial. Essa realidade aponta então o turismo rural como um suposto propulsor para o desenvolvimento local.

Diante disso, o presente artigo busca expor como os teóricos tratam os conceitos de agricultura familiar, turismo rural e da pluriatividade, com a pretensão de investigar se o turismo rural é visto como um elemento pluriativo capaz de dinamizar o desenvolvimento dos agricultores familiares que optam pelo envolvimento com essa atividade não-agrícola e a incorporam em seu dia a dia, sendo dentro ou fora da própria propriedade.

A discussão teórica baseia-se em três seções. A primeira trata de turismo rural e seus conceitos, considerado-o como um viés econômico e enquanto forma de lazer. Nesta seção foram utilizadas referências como Almeida, Blós, Tropic, entre outros. A segunda seção busca expor as características da agricultura familiar, explorando o caso brasileiro. A terceira seção busca explorar a pluriatividade e o seu impacto. Foram utilizados referências com Pedron, Klein e Sacco dos Anjos.

2. Turismo Rural

2.1. Conceituação

De acordo com a literatura estudada o turismo rural começou a ser desenvolvido no Brasil e em alguns países da América do Sul a partir de 1980, e surge como uma prática capaz de promover sociabilidade, incentivar a integração do rural e urbano e gerar transformação socioeconômica, com o intuito de aliviar a pobreza que existe no campo, mas ainda preservando a cultura e a identidade do território rural.

Para muitos autores é preferível utilizar a expressão “turismo em espaço rural”, segundo eles a utilização dessa expressão fica mais prudente, por conta da amplitude que ela implica, diferente de “turismo rural”, que seria uma expressão menos abrangente e que muitas vezes pode-se ter mais de uma interpretação. O que diferencia o turismo em espaço rural do turismo rural são as formas como a população usufrui dos rendimentos da atividade, no turismo em espaço rural, conforme dito por Almeida e Blós (1998), os empreendedores não são necessariamente pessoas que vivem exclusivamente no campo e do trabalho que exercem nele, diferentemente do turismo rural no qual além do sujeito tirar o seu sustento das atividades exercidas na área rural, se utiliza dela também como sua moradia, e reinveste aquilo que se ganha em melhorias na propriedade.

Por isso muitas vezes é preferível empregar a expressão turismo em espaço rural, para identificar a totalidade de atividades turísticas que são efetuadas na área rural, e deixar o turismo rural para identificar as atividades que são mais específicas da vida rural, sua economia e cultura. Nesse trabalho utilizaremos da expressão “turismo rural” por se tratar de um trabalho focado na atividade exercida por pequenos produtores em suas unidades familiares.

Para Beni (2003 *apud* RAMIRO, DIAS 2010), “turismo rural é o deslocamento das pessoas para os espaços rurais, podendo ou não conter pernoite e roteiros programados, desde que seja com o intuito de usufruir dos espaços e instalações agrícolas”.

Conforme as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural desenvolvido pelo Ministério do Turismo - MTur, o Turismo Rural é conceituado “como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços , resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MTur, p.11), para esse conceito o Ministério do Turismo expressa seis aspectos como fundamentos sendo eles: turismo, território, base econômica, recursos naturais e culturais e a sociedade.

A cada dia cresce mais o número de pessoas que buscam viver novas experiências de lazer e entretenimento, da mesma forma acontece quando se trata de turismo alternativo. Essa demanda crescente se dá pelo aumento da insatisfação com relação ao estilo de vida moderna em grandes centros urbanos, com o desgaste mental e a pressão da vida cotidiana, além dessa visão antagônica à vida na cidade, mas também como uma possibilidade de uma vida mais saudável, o que contribui para o crescimento desse tipo de atividade. Outro fator contribuinte para esse crescimento é a maior sensibilidade para com as causas de preservação do meio ambiente e a conservação do patrimônio arquitetônico e cultural que esse turista apresenta, como afirma Tropa (2000):

A urbanização massiva, associada ao estímulo dos meios de comunicação, conduziram para uma fuga dos ambientes urbanizados. Dessa forma, ao empreender no turismo rural, o turista busca serviços para recreação em espaço aberto, junto à natureza. (TROPIA, 2000 *apud* WEISSBACH, BERRIOS, 2003, p.9)

Silva (2009) ressalta que as pessoas procuram por produtos mais naturais ou orgânicos, pacotes de turismo ecológico ou rural, dentre outras formas de atividades capazes de misturar elementos do urbano e do rural:

O espaço urbano acentua a imagem da concentração e a grande cidade mostra-se excessiva em sua natureza. Ela concentra a população, a política, o direito, a ciência, a religião, a arte, as construções, a tecnologia, os meios de comunicação, o dinheiro, o mercado, a corrupção, a violência, o trânsito, o barulho, a ruína, a demolição, o real, o virtual, a multidão e a solidão; concentra ainda conflitos e contradições, paroxismos e paradoxos, ambiguidade e angústia. (SILVA, 2009 p. 2)

Ramiro e Dias (2010) complementam que:

[...] o campo é visto como um destino potencial de implantação da atividade turística que envolve diferentes usos e significados, que respeita às tradições, oferece trabalho digno, bem como uma relação direta e amorosa com a terra e a natureza, tornando-se sinônimo de morada com simplicidade. (RAMIRO, DIAS, 2010 p. 7)

O que as pessoas buscam não é o simples retorno a natureza ou uma simples conexão com a mesma, e sim um escape das tecnologias e da modernidade e o seu conforto, é o processo de troca entre as cidades e o mundo técnico-científico, pelo imaginário doméstico e naturalista, o processo se torna complexo pela busca de um novo contentamento e uma esperança para o futuro (SILVA, 2009).

Necessita-se ressaltar a importância que o imaginário que se tem a respeito da vida rural exerce sobre uma sociedade cada vez mais racionalista e imersa em aspectos eminentemente ligados a conceitos como tecnologia, modernidade, informação, velocidade e competição. Para esse grupo pensar em um ambiente verde e mais arborizado como um local mais limpo e puro, com o ambiente e os elementos típicos da zona rural brasileira, é pensar a respeito da casa rural sonhada, é necessário identificar a presença de imagens e elementos primordiais como terra, fogo, água, madeira, árvore, fruta, pássaros, a casa de campo com que erguida com simplicidade e com o estilo arquitetônico colonial confirmando a rusticidade tão procurada (SILVA, 2009).

Vê-se assim que o turismo rural tem um grande potencial para atrair e reter demanda.

2.2. Turismo enquanto fator econômico

Segundo a perspectiva de Tulik (2003 *apud* PEDRON, KLEIN, 2004, p. 73): "o turismo rural surgiu em meio a uma frágil economia com o intuito de aumentar a renda dos agricultores e também de gerar empregos fazendo com que diminua o êxodo rural, havendo assim, o desenvolvimento local ou até mesmo regional com a atividade turística." Dessa forma promove-se o desenvolvimento rural, a partir da utilização da atividade agrícola como alternativa de entretenimento aos turistas. A partir da visão de Hammes (1998), o turismo rural ainda pode agir como agente gerador de empregos, redistribuidor de rendas e contribui para a arrecadação de impostos.

É importante ressaltar que o fenômeno turístico não implica somente no dinheiro que circula na economia local, nas instalações que são construídas ou nos serviços de apoio, mas também nos deslocamentos das pessoas, aquelas comunidades passam a receber então pessoas de outras localidades. Para desenvolvimento do turismo em uma área com potencial turístico, é necessário que haja um ótimo planejamento, para tal é muito importante fazer um pesquisa social, é importante que se respeite e atenda às exigências socioculturais da comunidade local, é necessário que haja um acompanhamento e envolvimento da comunidade receptora em todas as etapas do planejamento, essa participação é extremamente importante e pode influenciar muito no resultado futuro do mesmo.

É importante acentuar que o turismo rural, tem além do seu apelo econômico, com a diversificação das atividades exercidas no meio rural, também leva o seu olhar para o lado social, desenvolvendo a mentalidade de preservação do meio ambiente, valorizando a cultura e a identidade da vida no campo, e possibilitando que o produtor rural possa melhorar a sua qualidade de vida, tudo isso a partir da perspectiva de um desenvolvimento endógeno.

Como forma de fomentar e fortalecer o Turismo Rural no Brasil o Ministério do Turismo identifica a necessidade de se desenvolver ações entre setor público e privado em conjunto com a comunidade, a melhoria de infraestruturas e capacitação de profissionais. Com base nessa afirmação e nas necessidades avaliadas pelo órgão e suas diretrizes o desenvolvimento da atividade turística no meio rural buscam atingir os seguintes objetivos:

1. ordenar o segmento Turismo Rural;
2. promover e estimular a eficiente informação/comunicação no setor;
3. promover a articulação de ações institucionais e intersetoriais;
4. promover e viabilizar incentivos para o desenvolvimento da atividade;
5. incentivar e apoiar formas eficientes de promoção e comercialização;
6. promover e estimular a capacitação de recursos humanos;
7. estimular o envolvimento das comunidades locais; e
8. promover, incentivar e estimular a criação e a adequação de infraestrutura para o setor.

Com as mudanças no cenário rural brasileiro, principalmente perante as relações de trabalho, a introdução da pluriatividade na realidade dos agricultores nacionais, e o aumento das atividades não-agrícolas, viu-se uma oportunidade para se estabelecer as atividades turísticas na classe da Agricultura Familiar.

Como forma de fortalecer essa prática o foi desenvolvido o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar - PTRAF, lançado em 2004, com o objetivo de "promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com consequente melhoria das condições de vida." (BRASIL, MDA, 2004 p. 13)

Dessa forma, a ideia seria unir ofertas dos produtos que tenham origem e sejam produzidos dentro das propriedades rurais; sendo elas de origem animal, vegetal ou produções artesanais; com a prática das atividades turísticas dentro das propriedades, dessa forma os turistas conseguiriam ter uma experiência completa com o local visitado, sendo introduzido dentro da cultura local, podendo conter explicações técnicas sobre a fabricação e/ou plantio dos produtos, e até mesmo vivenciar o processo de produção.

Como forma de beneficiação o PTRAF (2004) defende a utilização de atrativos das comunidades e propriedades próximas como meio de se promover e aumentar o tempo de permanência do turista.

Como meio de orientação o PTRAF se baseia nos seguintes princípios:

1. A prática do associativismo;
2. A valorização e o resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;
3. A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
4. A gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
5. O estabelecimento das parcerias institucionais;
6. A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;
7. O comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
8. A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;
9. A descentralização do planejamento e gestão deste Programa.

3. Agricultura Familiar

O surgimento do movimento por uma agricultura sustentável teve seu começo nos Estados Unidos, Canadá e na Europa Ocidental, em resposta ao impacto da atividade agrícola sobre o ambiente físico e socioeconômico. A partir disso a agricultura convencional passa a ser rotulada como insustentável, e surge uma agricultura alternativa que se autodenomina sustentável e que visa mudanças para a produção. A proposta apresentada pela agricultura sustentável é descrita em contraste com a agricultura convencional, inserindo - se em varias correntes, tais como: agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura alternativa, agricultura ecológica, agricultura biodinâmica, agricultura de baixos insumos e agricultura regenerativa. Sendo que todas essas recomendam práticas de manejo de culturas com propostas sustentáveis. Enquanto a na prática de agricultura convencional se tem um uso intensivo de capital, produção em grande escala, mecanização intensa, prática da monocultura, e grande utilização de fertilizantes químicos e de pesticidas em geral, em um modelo típico de potencia pela exaustão (HAMMES,1998).

A produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração da agropecuária e pela propriedade dos meios de produção, dessa forma se estabelece uma conexão entre gestão e trabalho, já que os meios de produção pertencem à família, e a força de trabalho provida são desses mesmos proprietários, donos de propriedades pequenas e médias; segundo Wanderley (1998 *apud* MARAFOM RiIBEIRO 2003) a agricultura familiar incorpora diversas situações específicas, pois o campesinato se caracteriza como uma dessa formas particulares. De forma generalizada pode-se afirmar que são características desses agricultores o baixo nível de escolaridade, e que buscam diversificar o seu cultivo e produção como forma de diluir custos; por serem

responsáveis por grande parte da produção de alimentos básicos da dieta do brasileiro, seria interessante para a economia das cidades do interior a melhoria da renda desse setor e a obtenção de um avanço na sua inserção no mercado.

Foram estabelecidas algumas ações e diretrizes para assim realizar o desenvolvimento do rural brasileiro e realizar uma integração entre os produtores familiares no mercado, para tal foi realizada uma classificação dos agricultores familiares brasileiros, que foram distribuídos em três categorias, sendo elas: consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência, FAO/Incra(2000).

Os produtores que se enquadram nas categorias de consolidados e de transição são aqueles, que possuem maior desenvoltura, e conseguem se desenvolver com maior facilidade, buscam por assistência técnica, utilizam linhas de crédito com maior frequência, esses agricultores também têm como características a utilização de tecnologias, como máquinas para ajudar na hora da produção agrícola. Outras características desses agricultores são o bom desempenho na produção e um bom rendimento de lucros. Esses agricultores se enquadram em um modelo mais próximo de uma empresa rural familiar, mas também se inserem nos padrões da agricultura familiar segundo o Pronaf² (Marafon e Ribeiro, 2003).

Os agricultores considerados periféricos ou de subsistência são aqueles qualificados pela utilização de linhas de crédito que são quase nulas, se utilizam de baixa tecnologia e baixa produtividade, esse tipo de agricultor é o mais próximo de um camponês tradicional, devida sua utilização de métodos tradicionais, e a sua produção ser voltada para as necessidades da família.

Quadro 1

Classificação dos Agricultores Familiares

Consolidados	Produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades. Buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. Propriedades geralmente menores de 100ha com concentração próxima a 50ha
Em Transição	Produtores de menor esclarecimento do que os consolidados, que buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. Propriedades geralmente menores de 100ha com concentração próxima a 20ha.
Periféricos ou de Subsistência	Utilização do crédito rural nula ou incipiente, sem viabilidade econômica para acesso. Dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, em local onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. Propriedades geralmente menores de 50ha com concentração abaixo de 20ha.

Fonte: FAO/INCRA 2000, Adaptado por Marafon (2006)

² Para estar dentro do enquadramento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e serem considerados agricultores familiares, familiares os produtores rurais devem atender aos seguintes requisitos: possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (Manual Operacional do Plano Safra da Agricultura familiar 2017/2020)

Pensar no caso brasileiro é pensar na trajetória da história de uma sociedade desigual onde as elites políticas sempre optaram por ter o setor de trabalhadores do campo dependentes de empregos precários e mal remunerados oferecidos pela sociedade urbana, estando sempre do lado oposto de uma política de fomentação e consolidação de uma classe média de agricultores. Apesar desse atraso e de ainda não ter obtido sucesso na solução de antigos debates tal como a Reforma agrária, Sacco dos Anjos (2003) afirma que nos últimos anos, regiões caracterizadas pela presença da agricultura familiar enquanto forma social de produção apresentam altos índices de desenvolvimento, esse fator é derivado tanto da realidade econômica, social e cultural local quanto da forma como é manifestada a presença da pluriatividade na região estudada, desencadeada pelo desencanto da forma de vida levada pela sociedade urbana, principalmente por conta do esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e também dos altos níveis de desemprego, o que levou as classes políticas a prestarem mais atenção na classe rural e suas virtudes. Ainda segundo Sacco dos Anjos.

É nesse contexto que cobra importância crescente o “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (Pronaf) como reflexo de novas orientações centradas numa dinâmica de atuação política descentralizada e com um forte conteúdo democrático em sua forma de implantação e gestão. Ainda que não se tenha elementos suficientes para uma avaliação aprofundada a respeito do mesmo, não há dúvida de que sua emergência representa um importante avanço enquanto ferramenta potencial para induzir o desenvolvimento agrícola e rural, fortalecer os vínculos intersetoriais e locais, bem como sedimentar a formação de um tecido produtivo mais equilibrado junto às localidades rurais deste País. (SACCO DOS ANJOS, 2003 p. 35)

Mesmo com o desenvolvimento de políticas para transferência de renda, a desigualdade socioeconômica e de distribuição de renda ainda é um dos elementos que mais prejudicam o setor da agricultura familiar no Brasil, de acordo com as pesquisas realizadas pelo Projeto Rurbano³, coordenado pelo professor e pesquisador Graziano da Silva.

Apesar das políticas de transferência de renda e de apoio à agricultura familiar, no entanto, a desigualdade da distribuição de renda no setor agrícola ainda é maior do que nos demais setores. “De 1995 e 2009, ocorreu no Brasil uma substancial redução da desigualdade da distribuição da renda do trabalho entre todas as pessoas ocupadas”, conta Rodolfo Hoffmann, do Instituto de Economia da Unicamp, que, ao lado de Graziano, coordenou as duas primeiras fases do Projeto Rurbano. Nesse período, o índice de Gini daquela distribuição caiu de 0,585 para 0,518. No setor agrícola, no entanto, essa redução foi bem menor, passando de 0,565 para 0,533. (IZIQUE, 2012)

A falta de escolaridade da população agrícola acaba sendo um elemento chave para essa má distribuição de renda, de acordo com a pesquisa do Projeto Rurbano (IZIQUE, 2012) a escolaridade média dentro do setor é de 4.1 anos em 2009, baixa escolaridade acarreta salários mais baixos, que muitas vezes não possuem piso salarial uniforme e/ou trabalham com carteira assinada.

Devido ao fato de as rendas agrícolas serem, em média, mais baixas, elas constituem um componente progressivo da renda total, isto é, elas contribuem para reduzir ou aumentar a desigualdade da distribuição da renda no país como um todo.

Outro fator que afeta o desenvolvimento agrário brasileiro é a má distribuição de terras, apesar de sua vastidão de território, grande parte das mesmas ficam concentradas na posse de poucos.

E não há indicações de mudanças substanciais na distribuição da posse da terra. “A concentração da posse da terra está fortemente associada à variável posição na ocupação. Em 2009, os empregadores no setor primário ocupavam uma área média de 235,7 hectares, valor 10,4 vezes superior à média de 22,7 hectares dos por conta própria. Por ocuparem áreas tão grandes, os 86,7 milhões de hectares (56,6%) apropriados pelos quase 368 mil empregadores superam os 66,4 milhões de hectares (43,4%) apropriados pelos quase 3 milhões de por conta própria”, constataram Hoffmann e Marlon Gomes Ney, da Universidade

³É um Projeto Temático denominado que conta com financiamento parcial da FAPESP e PRONEX-CNPq/FINEP, que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da Federação (PI, RN,AL,BA,MG,RJ,SP,PR,SC,RS e DF)”. (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI, COMPANHOLA, 2002)

4. Pluriatividade – Turismo Rural x Agricultura Familiar

Segundo Sacco dos Anjos (2003) a pluriatividade se configura em um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar buscam executar diversas atividades com o intuito de obter remuneração por elas, sendo essas atividades podendo ser executadas no interior ou no exterior da própria exploração da área rural, se utilizando da venda da força de trabalho familiar, prestando serviços a outros agricultores ou se utilizando de iniciativas de exploração de atividades em nível da propriedade, como o turismo rural, o artesanato e diversificação produtiva que em conjunto pode aplicar em um aproveitamento e potencialização maior da área rural e do seu entorno. É necessário reafirmar que ambas a pluriatividade e agricultura em tempo parcial são fenômenos que estão substancialmente relacionados a agricultura familiar como estratégia para afirmar a reprodução social de seus membros, ainda conforme afirma Sacco dos Anjos (2003), a pluriatividade segue atrelada ao sentido de modernização e homogeneização da sociedade moderna e também ao paradigma da multifuncionalidade.

As dificuldades enfrentadas pela população rural em gerar renda vinda propriamente da agricultura, devido a falta de emprego e também ao aumento da produtividade industrial - o que dificulta a competitividade dos pequenos agricultores no mercado -, muitas vezes acaba por se resultar no êxodo rural por parte da população rural, que necessita abandonar o seu município para ir em busca de uma vida melhor (LOCH e WALKOWSKI, 2009), o que enaltece a necessidade da busca por novos meios de gerar renda dentro das propriedades rurais.

Reflexo dessa afirmação é observada nos dados coletados pelo Censo Agropecuário de 2006, onde mais de 50% dos estabelecimentos rurais exercem atividades não agropecuárias, ou combinam ambas atividades agropecuárias e não agropecuárias.

Estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento, por tipo de atividade, segundo a agricultura familiar - Brasil - 2006				
Agricultura familiar	Estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento			
	Estabelecimentos	Tipo de atividade		
		Agropecuária	Não agropecuária	Agropecuária e não agropecuária
Total	1 479 416	686 666	745 640	47 110
Agricultura familiar - Lei nº 11.326	1 112 662	556 862	523 884	31 916
Não familiar	366 754	129 804	221 756	15 194

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Desafortunadamente, as estimativas relativas à incidência do fenômeno da pluriatividade variam enormemente em virtude da insuficiência dos dados e das diferentes metodologias empregadas. Apesar disso, a maior parte dos estudos manifestam a importância crescente do emprego não-agrícola no conjunto da população rural, sendo este um indicador bastante significativo a respeito deste fenômeno. (SACCO DOS ANJOS, 2003 p. 27)

Esse processo então pode ser identificado como uma transformação da agricultura, uma adaptação para a economia em geral e como um marco para o modo de produção capitalista. A combinação de exercer uma atividade produtiva e ainda recepcionar turistas como uma forma de complementação de renda traz novas perspectivas para os produtores, e novas possibilidades, dinamiza o comércio, traz melhorias para a

infraestrutura, ainda de trazer mais respeito para as culturas locais e a revalorização do rural. Graziano da Silva & Del Grossi (2002) apresentam uma concepção parecida com a de Sacco dos Anjos (2003): os autores afirmam que o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades, podendo ter ou não ganhos monetários, e independente de terem relação com a exploração agropecuária, se apresentando como uma estratégia de resistência das famílias que vivem no meio rural.

Para Marafon e Ribeiro (2003) a pluriatividade está referida a unidade produtiva multidimensional, onde além da prática da agricultura se exerce outras atividades, dentro e fora da propriedade rural, e por elas são recebidas diferentes tipos de remuneração. Os autores ainda afirmam que:

A pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, a renda agrícola vem sendo cada vez mais insuficiente para a manutenção das famílias. A agricultura está se convertendo cada vez mais em uma atividade de tempo parcial, o que corresponde cada vez menos pela renda e pelo tempo de ocupação da família na agricultura. (MARAFON e RIBEIRO, 2003 p. 117)

Essa diversificação da renda com a combinação no exercício de diferentes atividade tem trazido novas perspectivas para a população do meio rural, muitas vezes com a elevação do poder aquisitivo, e mudando assim as demandas de bens de consumo. (SCHNEIDER, 1999, *apud* MARAFOM, RIBEIRO, 2003), além de uma nova perspectiva na esfera econômica, a pluriatividade se apresenta igualmente se não mais importante como instrumento de ruptura entre velhas e novas estruturas de realidade social.

Sacco dos Anjos afirma que:

A importância da pluriatividade não reside simplesmente em suas características intrínsecas, como manifestação resultante do processo de ajuste estrutural e adaptação da agricultura de base familiar, mas por representar a materialização objetiva de uma clara ruptura nos velhos esquemas e ordenamentos políticos radicados numa visão dicotômica da realidade social que converteu o mundo rural, sobretudo do ponto de vista dos países em desenvolvimento, em algo absolutamente desprovido de significado e transcendência ante a exaltação dos valores de uma sociedade urbano-industrial. (SACCO DOS ANJOS, 2003 p. 33)

Mas a pergunta que se faz é se as atividades associadas ao turismo rural estão contribuindo ou não para a complementação da renda familiar, pois o incremento dessa atividade gera demanda para novos postos de trabalho, e gera uma melhoria na logística o que proporciona um suporte ao fluxo de turistas. Segundo a Embratur turismo rural inclui todas as atividades (alternativas, domésticos, turismo rural), que é organizado para e por os habitantes do local, além de ter como visão turística o visitar e conhecer o ambiente rural, com o propósito de se resgatar e valorizar a cultura regional. Marafon (2006) também questionam os resultados da atividade turística como complementação de renda:

(...) nos leva a indagar até que ponto os agricultores familiares se beneficiam dos resultados dessas atividades de turismo no espaço rural na atualidade. As suas atividades são somente uma possibilidade de uma "nova" ocupação, que permite sua inserção no mercado de trabalho, através de ocupações como diaristas, caseiros, jardineiros etc.? São atividades que complementam a renda familiar, mas efetuadas fora de sua propriedade em hotéis-fazenda, fazenda-hotéis e nas áreas que proliferam as casas de segunda residência, e que caracteriza o turismo rural contemporâneo e de modo diferente do que ocorre com o turismo rural tradicional, no qual o turista vivencia as atividades desenvolvidas na propriedade rural. (MARAFON, 2006 p.118)

A reflexão de Froehlich (2000) vai um pouco mais a fundo e evidencia que é preciso questionar o processo de implantação do turismo rural para além das suas condições de gerar emprego e renda, mas sim em sua capacidade de redistribuir renda e diminuir os níveis de desigualdades sociais em um país cujos índices de desigualdades são extremamente altos.

Viegas e Raye (2010) complementam:

Assim, a atividade turística no espaço rural pode constituir-se numa forma de valorização do território, desde que tenha uma boa gestão, contribuindo para proteção ambiental e conservação do patrimônio

natural, cultural e histórico destes espaços. Contudo, se esta for mal planejada e executada pode ser tornar uma atividade insustentável. (VIEGAS e RAYE, 2010 apud RAMIRO e DIAS 2010 p. 7).

O que dificulta o desenvolvimento do turismo rural nas propriedades brasileiras é principalmente a falta de planejamento e gestão de qualidade, a baixa capacidade econômica da população e a dificuldade de acesso a informações. Para melhor desenvolver o turismo rural é necessário realizar uma capacitação de profissionais, realizar políticas de estímulo para realização dessas atividades, aumentar a inclusão para os agricultores, além da capacitação efetuada pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), que também poderiam realizar projetos para tentar converter produtores que se enquadram nas características de agricultores familiares, mas que não fazem parte desse quadro. Pedron e Klein (2004) ainda reforçam sobre as políticas de fomento no Brasil:

No Brasil, pode-se dizer que até existem iniciativas e políticas de fomento criadas pelo poder público visando desenvolver o turismo no meio rural, porém ainda há um certo preconceito em relação ao potencial presente nessa atividade. Um exemplo, é que dentro dos programas de incentivo à agricultura familiar, as opções de financiamento voltadas para o turismo rural, foram criadas há pouco tempo e, além disso, se comparados aos gastos necessários para investir nessa atividade, o montante de créditos disponíveis são insuficientes. (PEDRON, KLEIN, 2004 p. 93)

Conforme Sacco dos Anjos (2003), para o fortalecimento da pluriatividade e do rural, é necessário que o governo entre como propulsor para esse tipo de desenvolvimento, com intervencionismo estatal e criação de novas políticas públicas, ainda para o autor:

Se pretendemos promover a consolidação de um meio rural ativo e diversificado, temos que pensar na necessária articulação das políticas públicas como motor dessa dinâmica, recuperando o protagonismo da intervenção estatal de acordo com essas novas premissas. Entre a opinião pública e a comunidade política brasileira cresce o entendimento de que a busca de solução aos problemas nacionais leve em conta o abandono da velha oposição rural-urbano que pautou nosso passado recente. Nessa nova forma de refletir sobre o futuro do mundo rural parte-se do entendimento de que a industrialização necessariamente não deve implicar em “desruralização”, mas no objetivo de perseguir o equilíbrio social e demográfico dos territórios. No marco desses debates, a pluriatividade adquire importância por representar a articulação material entre a agricultura e outros setores de atividade, contribuindo assim para a fixação das pessoas no meio rural e o fortalecimento da presença da agricultura familiar no campo. (SACCO DOS ANJOS, 2003 p. 35)

Pellin (2005) acrescenta:

(...) para que haja sucesso no desenvolvimento da atividade, é necessário a implantação de políticas públicas que incentivem a organização da atividade. Trata-se do desenvolvimento de um modelo de turismo onde a participação da comunidade local é indispensável para o sucesso da atividade. A comunidade local deve participar de todas as etapas de planejamento do desenvolvimento da atividade, pois será ela a principal beneficiada pelos impactos positivos produzidos pela atividade ou, a principal prejudicada pelos impactos negativos gerados. (PELLIN, 2005 p. 34)

Ressalta-se que muitos dos programas de incentivo, ou linhas de crédito e de investimentos para a atividade turística não são utilizados pelos agricultores familiares, o que nos leva a pensar do porque eles não utilizam esses meios para fomentar a sua produção e tentar assim proporcionar um melhor desenvolvimento para sua propriedade e seu negócio, já que a atividade turística movimenta grande parte da economia do mercado mundial e traz grandes possibilidades de melhoria na condição de vida desses agricultores.

Como exemplo podemos citar o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é um programa de incentivo ao produtor rural, foi criado pelo Governo Federal em conjunto com os Governos Estadual e Municipal, juntamente com outros órgãos e entidades públicas e privadas, estabelecido no Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. O programa apresenta um modelo de desenvolvimento sustentável que procura beneficiar os agricultores familiares, visando o acréscimo e a diversificação da produção.

A criação do programa é visto como um grande avanço dentro das políticas de intervenção dentro da política brasileira, principalmente por refletir o reconhecimento da agricultura familiar dentro do setor rural brasileiro. O programa oferece opções de financiamento para pequenos agricultores e assentamentos da reforma agrária, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, compra de equipamentos como forma

de aumentar a produção. Apesar de ter proporcionado grandes avanços, o programa pode ser considerado falho quando se trata de agricultores com menos escolaridade e mais fragilizados. (SPANEVELLO; MATTEI; BOSCARDIN, 2016, *apud* FOSSÁ, COMERLATTO, MATTEI, 2018)

Fossá, Comerlatto e Matteri ainda afirmam que:

(...)evidencia-se que o Pronaf necessita ser ampliado em novas dimensões: linhas de financiamento que possibilitem e incentivem a diversificação produtiva das propriedades familiares; aumento da produção de alimentos; ampliação da comercialização; maior acesso às orientações técnicas, etc (FOSSÁ, COMERLATTO, MATTEI, 2018 p. 687)

Precisa ser levado em conta que muitos desses agricultores estão em péssimas condições sociais e econômicas, já que a maioria da população rural brasileira é constituída por pequenas propriedades com um baixo grau de escolaridade, onde os conhecimentos são passados de forma empírica ou pelos meios de comunicação, por isso muitas vezes adquirir uma capacitação ou os estudos ficam em segundo, já que o trabalho na agricultura exige grande esforço físico e mental. O que deixa qualquer tentativa de mudança extremamente difícil, segundo Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002, p.107), "para todas as atividades, a educação, qualificação e treinamento das pessoas são fundamentais. A passagem de atividades agrícolas para não-agrícolas não é automática e exige grande esforço de aprendizado". O que significa que não só necessita-se de investimentos na infraestrutura, ou na implementação de novas tecnologias, mas sim na capacitação, qualificação das pessoas do meio.

Deve-se considerar também que o proprietário que tem o intuito de investir no turismo rural deve desenvolver e manter uma postura empreendedora, e ser capaz de desenvolver outras habilidades necessárias, ter acesso às informações e ter consciência de que terá de fazer sacrifícios (Tropia, 1998). Muitas dessas características levarão tempo para ser adquiridas, e irá necessitar de grande dedicação e paciências dessas pessoas, levando em conta de que é uma mudança inovadora, e exigirá do empreendedor uma nova visão do mundo.

Segundo Meireles (2003, p. 283 *apud* PEDRON, KLEIN, 2004), "além da capacidade empreendedora, o produtor rural precisa de conhecimentos específicos capaz de ajudá-los a organizar e interagir com seu negócio. Este deve estar preparado profissional, econômico e mentalmente". Pensando dessa forma muitos produtores rurais brasileiros já são descartados, por conta da falta de condição financeira para investir na qualificação e capacitação.

6. Considerações finais

Através deste estudo teórico podemos objetivar que turismo rural não apresenta a solução para todos os problemas do campo, porém ainda assim é uma opção empresarial, que pode trazer efeitos econômicos positivos, conseguindo contrabalancear com as atividades tradicionais. Porém, para tornar-se um fator de desenvolvimento efetivo deve estar acompanhado de uma série de ações tais como, com um plano estratégico local e/ou regional, seguido de uma série de ações dentro da comunidade receptora, o que demanda incentivos e investimentos por parte dos poderes público e privado.

O grande desconhecimento da população brasileira perante a possibilidade de se desenvolver outras atividades econômicas que não estejam relacionadas a agricultura ou a pecuária como forma de fomentar sua situação financeira, é um fator que dificulta a difusão de projetos relacionados ao turismo rural, o que é explicado por Meireles (2003 *apud* PEDRON, KLEIN, 2004) como um conhecimento que é passado de geração para geração, se a agricultura e a pecuária é a principal atividade econômica da família, esse legado será passado para a próxima geração o que obstaculiza a inclusão de novas atividades como o turismo rural, por conta do medo do desconhecido e do fracasso, por isso preferem continuar com a atividade na qual tem mais domínio.

É notório que a falta de interesse por parte dos produtores em investir em turismo se justifica principalmente pela falta de informação; sendo que em sua grande maioria os agricultores desconhecem os projetos e programas oferecidos pelo setor público, e/ou não buscam ajuda nos órgãos especializados do governo onde poderiam receber um atendimento especializado com diretrizes diversificadas que poderiam guiá-lo por um caminho diferente e que poderia gerar um maior resultado.

Além disso, é importante ser ressaltado que o que dificulta a integração do turismo rural pelos agricultores, é por referir-se a uma atividade com um projeto de implementação complexo, que necessita de infraestrutura adequada, capacitações e mão-de-obra qualificada para se realizar um bom trabalho, além da preocupação em estar realizando um serviço de qualidade, o que acaba gerando um desânimo por parte do produtor que acaba por investindo em maquinários, ou compra de novas terra.

Apesar de o Brasil ter uma vastidão de áreas produtivas com belas paisagens, e o fenômeno turístico ser apontado como uma das principais atividades econômicas da atualidade, devido a sua quantidade e diversidade de serviços e produtos oferecidos e por ser uma potencialidade de geração de empregos, ele sozinho não consegue ser o carro chefe para a elevação da qualidade de vida dos agricultores familiares, mas é necessário sim começar a explorar mais esse potencial existente, e se beneficiar dessa alternativa econômica, por isso é necessário que as instâncias dos Governos Federal, Estadual e Municipal viabilizem a criação de novos projetos para o fomento de atividades relacionadas ao turismo rural, com cursos de capacitações e qualificação para os interessados, além de buscar meios mais efetivos de divulgar informações relacionadas aos mesmos.

Referências

ALMEIDA, J.A.; BLOS, W. **O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: UFSM (ed.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Santa Maria: UFSM, 1998. cap. 3, p. 57-64.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PLANO SAFRA plurianual DA AGRICULTURA FAMILIAR 2017 / 2020**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PROGRAMA DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**. 2004

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília, DF:, 2007.

FOSSÁ, Juliano Luiz ; COMERLATTO, Dunia; MATTEI, Lauro Francisco. **O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na percepção de agricultores familiares**. In: Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento. , Curitiba, v. 7, n. 5, Edição Especial Desenvolvimento Sustentável Brasil/Cuba, out. 2018. P. 670 -693

FROEHLICH, José Marcos. **Turismo Rural e Agricultura Familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local**. In: Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000. P. 181 - 198

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3, 2002, Santa Cruz do Sul. Anais... O rural como nova opção para o turismo. Santa Maria - RS: Ed. EDUNISC, 2002.

HAMMES, Valeria Sucena. **Contribuições para o planejamento agroturístico na área de proteção ambiental de Sousas e Joaquim Egidio (Campinas, SP)**. Campinas, SP, 1998.

IZIQUÉ, Claudia. **O Brasil rural não é só agrícola - Projeto Rurbano mostra que o país, seguindo o modelo de sociedades desenvolvidas, reduz abismo histórico entre campo e cidade**. Disponível em < <https://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-n%C3%A3o-%C3%A9-s%C3%B3-agr%C3%ADcola/> > Acesso em 15 de maio de 2019

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura familiar: primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuaria.html?edicao=9829&t=sobre> > Acesso em 03 de julho de 2019.

INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

LOCH, Carlos; WALKOWSKI, Marinês da Conceição. **O processo participativo no planejamento turístico do espaço rural de Alfredo Wagner/SC**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo v. 3, n. 1, p. 46-67, abril 2009.

MARAFON, José Gláucio; RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense**. Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006, P. 111-130

MARAFON, José Gláucio; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (Org.). **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.

PEDRON, Flávia de Araújo; Klein, Angela Luciane . **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE DE TURISMO RURAL. ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF**. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XI, Jan – Dez de 2004. P. 91-103

PELLIN, Valdinho. **O turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso**. In: Caderno Virtual de turismo, 2005 P. 31-35

RAMIRO, Patrícia Alves; DIAS, Isabela Marcantonio. **Identidade e turismo nos espaços rurais dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. 2010

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Pluriatividade e Desenvolvimento rural no sul de Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003

SILVA, Gislene. **O IMAGINÁRIO RURAL DO LEITOR URBANO: o sonho mítico da casa no campo**. São Paulo, SBPJor / Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, 2009

TROPIA, Fátima. **Turismo no meio rural**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. (Coleção Pequena Empresa).

WEISSBACH, Paulo Ricardo Machado Manoel Baldomero; BERRIOS, Rolando Godoy. **POSSIBILIDADES DE APROVEITAMENTO TURÍSTICO DA ÁREA RURAL DE CRUZ ALTA - RS**– In: Ambientes estudos de Geografia. São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE, 2003